



MULHERES RURAIS E PRÁTICAS ALIMENTARES: DESDE A MULTIPLICIDADE E A SINGULARIDADE DAS EXPERIÊNCIAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

RURAL WOMEN AND FOOD PRACTICES: FROM THE MULTIPLICITY AND SINGULARITY OF EXPERIENCES IN FOOD PRODUCTION

Ana Carolina Rodriguez Ibarra
anacarolinarodriguezibarra@gmail.com

Judit Herrera
dosmilsetzeju@gmail.com

Rita Maciazeki-Gomes
ritamaciazeki@gmail.com

Luymara Pereira
luymaracz@gmail.com

Tamara Bubanz Silva
tamara.bubanz@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta reflexões sobre a participação das mulheres rurais na produção de alimentos, a partir de uma análise crítica da literatura. O percurso metodológico se caracterizou pelo mapeamento de estudos relacionados a mulheres rurais e produção de alimentos, para analisar como as práticas alimentares são desenvolvidas em diferentes regiões. Partindo da heterogeneidade de experiências de mulheres rurais, situadas nos seus contextos específicos, a análise aborda discussões sobre saberes tradicionais, Segurança Alimentar e Nutricional, e geração de renda e empoderamento das mulheres. Na literatura revisada, a produção de alimentos, realizada pelas mulheres rurais, promove sociabilidade e fortalecimento de laços afetivos entre os membros da família e com a comunidade, resgatando saberes e práticas tradicionais relacionadas à alimentação. A organização social, econômica e política de mulheres rurais em torno da produção de alimentos, nos distintos contextos, emerge como estratégia chave de mobilização de sua agência, gerando renda, ampliando sua autonomia, resgatando saberes e disponibilizando alimentos saudáveis para suas famílias e comunidades.

Palavras-chave: Mulheres Rurais; Produção de Alimentos; Segurança Alimentar e Nutricional.

Abstract:

The article presents reflections on the participation of rural women in food production, based on a critical analysis of the literature. The methodological path was characterized by the mapping of studies related to rural women and food production, to analyze how food practices are developed in different regions. Starting from the heterogeneity of rural women's experiences, situated in their specific contexts, the analysis addresses discussions on traditional knowledge, Food and Nutritional Security, and income generation and women's empowerment. In the reviewed literature, food production, carried out by rural women, promotes sociability and the strengthening of affective ties between family members and the community, rescuing traditional knowledge and practices related to food. The social, economic and political organization of rural women around food production, in different contexts, emerges as a key strategy for mobilizing their agency, generating income, expanding their autonomy, recovering knowledge and providing healthy food for their families and communities.

Keywords: Rural Women; Food Production; Food and Nutrition Security.

Introdução

Em distintas sociedades, em especial em países em desenvolvimento, a produção e o preparo de alimentos são responsabilidade das mulheres rurais, que cumprem um importante papel na alimentação mundial (ONU, 2021). Mais do que uma ação naturalizada e essencializada, ligada ao trabalho de mulheres em contextos rurais, este estudo se volta a problematizar as contribuições das mulheres nas práticas alimentares, em especial com a produção de alimentos.

As práticas alimentares envolvem procedimentos relacionados aos alimentos, desde a produção, o preparo, até o consumo, carregando subjetividades, memórias e saberes geracionais, além de fatores socioculturais condizentes aos locais que pertencem (GARCIA, 1997). Para Poulain e Proença (2003), as práticas alimentares dizem respeito aos valores em relação aos alimentos, às opiniões, os comportamentos e o espaço social alimentar, o qual descreve o acesso, disponibilidade e consumo. Para compreender como essas práticas são desempenhadas, faz-se necessário acompanhar como funciona a produção, o preparo e o consumo desses alimentos.

A produção de alimentos, enquanto prática alimentar, engloba o trato do solo, o estoque, seleção e plantio das sementes, a manutenção e cuidado do cultivo, o controle das pragas e a colheita. Para as mulheres rurais, a produção de alimentos, frequentemente, está associada ao cuidado da horta, do pomar, dos animais de pequeno porte e, às vezes, também da roça. A produção de alimentos é uma atividade realizada em articulação com outras tarefas, atribuídas tradicionalmente a elas, como o cuidado das crianças e pessoas idosas, a realização dos afazeres domésticos e o preparo dos alimentos, seja para a família ou para a sua comercialização. Assim, as mulheres rurais têm uma sobrecarga de responsabilidades, sendo que ainda, algumas delas, realizam atividades não agrícolas, remuneradas, fora de casa, com o objetivo de aumentar a renda da família (PALACIOS, 2011; QUESADA, 2010; DOS SANTOS, 2016).

Para as mulheres rurais, a produção de alimentos raramente é uma atividade isolada, pode-se encontrar vinculada não só ao preparo dos alimentos, mas também, à sua aquisição, escolha, planejamento e disposição das refeições, reunindo os membros da família para o ato de comer, além das demais atividades realizadas no âmbito privado - como a limpeza e higienização da casa - compondo, assim, práticas alimentares interconectadas. Ao visibilizar o trabalho das mulheres rurais relacionado com a alimentação, espera-se contribuir para o avanço de estudos que busquem compreender os espaços ocupados pelas mulheres na produção de alimentos, como participantes ativas em diálogo com a cultura de distintos contextos, e mantenedoras da alimentação da família.

Para tanto, o recorte deste estudo aborda a temática das mulheres rurais e práticas alimentares, com foco na produção de alimentos, a partir da singularidade dos modos de vida, e do território em que se produzem e se articulam essas práticas. Isso implica levar em conta os contextos rurais em suas especificidades, como resultado de uma construção social e irradiadores de modos de vida

(MACIAZEKI-GOMES et al., 2016). Mesmo assim, leva em consideração, estudos que mostram como as mulheres rurais são especialmente afetadas por situações precárias de vida, causadas pela dificuldade de acesso aos serviços públicos, como saúde e educação, situação agravada pela sobrecarga e a invisibilidade do seu trabalho. Algumas mulheres desenvolvem uma rotina de trabalho que ocasiona um grande desgaste físico, um número elevado de tarefas para fazer contínua e simultaneamente, com poucos intervalos para o descanso, o ócio ou a vida comunitária (DOS SANTOS, 2016; GONÇALVES; GUIMARÃES, 2017).

A proposta deste mapeamento de estudos não pretende ser representativa, sobre a totalidade da participação das mulheres na produção de alimentos, mas sim aponta para a multiplicidade e a singularidade das experiências situadas. Segue então, uma perspectiva epistemológica que desconstrói os universalismos e essencialismos sobre o sujeito abstrato e universal “mulher”. Ao prestar atenção para a heterogeneidade de experiências de distintas mulheres rurais na produção de alimentos, este estudo se encontra alinhado com uma certa política de localização (RICH, 2003), compreendendo as práticas e os saberes feministas como não universalistas, mas profundamente situados (HARAWAY, 1995) e imbricados nos seus contextos específicos, envolvendo ampla pluralidade de mulheres, composta pela diversidade de raças, classes, etnias e faixas etárias, mas, também, buscando apreender suas particularidades. Partimos, aqui, de uma objetividade posicionada que se articula à perspectiva feminista fundamentada na parcialidade, no olhar contextualizado, na localização sociocultural e histórica dos saberes (OLIVEIRA; AMÂNCIO, 2006), de modo a tecer reflexões sobre a participação das mulheres rurais na produção de alimentos.

Com o objetivo de conhecer, especificamente, experiências sobre a participação das mulheres na produção de alimentos, este artigo buscou analisar como as práticas alimentares são desenvolvidas em diferentes regiões, levando em consideração a diversidade de contextos, de modo a buscar algumas pistas para os seguintes questionamentos: quais as contribuições das mulheres na produção de alimentos? Como isso acontece em diferentes localidades?

O percurso metodológico se caracterizou pelo mapeamento de estudos relacionados a mulheres rurais e produção de alimentos, nas áreas Humanas, Sociais e da Saúde, tendo o artigo científico como fonte de análise. Para isso, foi realizado um levantamento de artigos disponíveis no sítio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil) com os seguintes descritores: “mulher e produção de alimentos” “mulheres e produção de alimentos”, em português e suas respectivas versões em inglês e espanhol.

Foram priorizadas as publicações com um enfoque sociocultural nas discussões. Assim, foram excluídos os artigos: restritos a abordagem terapêutica de doenças e/ou patologias, ou ainda, as questões nutricionais específicas; restritos ao consumo de alimentos, técnicas culinárias, excluindo o processo de produção de alimentos; que não apresentavam considerações socioculturais sobre mulheres e produção de alimentos.

Cabe destacar que, tendo em vista o acesso a literatura científica atualizada produzida sobre o tema, este estudo optou por analisar artigos, revisados por pares, excluindo outras fontes de análise, como dissertações de mestrado e teses de doutorado. Nesse sentido, a análise apresentada está relacionada a um determinado corpus de conhecimento, e portanto, não pretende extrair generalizações nem caracterizações sistemáticas do tema em questão. Foram selecionados 15 artigos que apresentavam discussões socioculturais relacionadas às contribuições das mulheres na produção de alimentos.

O montante das produções resultantes da busca indexada ao portal de periódicos da CAPES/Brasil remonta a centenas de artigos. Parte considerável dessas produções não contemplava a articulação entre “mulheres e produção de alimentos”, aqui proposta. Na seleção das produções, foram priorizadas as discussões que abordaram as contribuições das mulheres na produção de alimentos e, ainda, o protagonismo das mulheres no processo de efetivação de uma alimentação

saudável. A escolha por um viés sociocultural remete ao esforço de contemplar a diversidade e especificidades associadas a essas produções.

A partir da leitura dos artigos, os estudos foram categorizados em três dimensões temáticas: (i) Práticas alimentares e saberes tradicionais; (ii) Produção de alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional; e (iii) Produção de alimentos, geração de renda e empoderamento das mulheres. A continuação, apresentamos as três categorias temáticas, descrevendo como cada estudo se articula com a categorização produzida, seguindo-se de uma discussão que integra os resultados obtidos.

Resultados e Discussão

Práticas Alimentares e Saberes Tradicionais

A categoria temática “Práticas alimentares e saberes tradicionais” aborda considerações acerca das relações das mulheres com a alimentação, os modos de vida e as características locais estabelecendo conexões entre a transferência dos saberes tradicionais e o resgate cultural. Os artigos selecionados nesta categoria foram produzidos no Brasil (CERQUEIRA, 2017), Índia (PEREZ, 2012) e Grécia (ANTHOPOULOU, 2013), com abordagens qualitativas, mais especificamente, etnográficas e estudos de caso realizados nos respectivos países.

Nesta dimensão, o estudo de Anthopoulou (2013), realizado na região montanhosa de Peloponeso (Grécia), com grupos em situação de vulnerabilidade social, evidenciou as atividades de mulheres na chefia de pequenos empreendimentos agroalimentares, ligadas a produção e ao consumo de alimentos saudáveis. Aborda suas responsabilidades nas escolhas alimentares da família e na transmissão dos saberes culinários, passados de geração em geração, restaurando os costumes alimentares locais. A preferência pelo consumo desses alimentos “caseiros” reporta uma valorização das mulheres como responsáveis na produção de alimentos de qualidade. A preferência em consumir alimentos locais contribui para a ampliação da oferta e comercialização de gêneros por empresas familiares, garantindo o consumo de produtos artesanais e geração de renda.

As pesquisas de Cerqueira (2017), realizadas em Amoeiros (Minas Gerais, Brasil), e Perez (2012), com castas “intocáveis” em Dalit (Índia), abordam a intervenção das mulheres no preparo dos alimentos como expressão de suas identidades. Cerqueira (2017) realizou etnografia no vilarejo de Amoeiros, de Chapada Gaúcha, com agricultores familiares, rodeados de monoculturas de soja e capim. O estudo aponta reflexões entre os sistemas caracterizados pela monocultura e pela produção sustentável. Para a autora, a comida possibilita análises sobre a identidade cultural e o pertencimento social. A comida preparada influi não só na nutrição do organismo, como carrega sentimentos e conhecimentos das mulheres que a produzem, conferindo-lhes um lugar de poder. Situação essa que se constitui em um paradoxo, pois, se por um lado, a atividade provê certo poder, também produz o aprisionamento destas mulheres ao ambiente doméstico. A chefia da casa continua sendo o homem e, o trabalho realizado pelas mulheres segue invisibilizado.

Já Perez (2012), analisa a produção, distribuição e confecção de alimentos, a segregação feminina e a afirmação de poder das mulheres em situações ligadas à fecundidade. As participantes da pesquisa vivem na Índia rural, no estado de Gujarat, no extremo oeste do país. Na Índia, os alimentos marcam os limites entre categorias sociais, contextos e práticas rituais que distinguem indivíduos e grupos. A produção de alimentos evidencia uma hierarquia de gênero, cujo lugar de poder é ocupado pelos homens. Ao tratar do preparo alimentar, é a mulher que cozinha, com exceção daquelas que estão no período menstrual que são afastadas da cozinha, uma vez que, o seu toque poderia contaminar os alimentos. Às mulheres grávidas, nenhum alimento pode ser negado, mesmo em situações em que o seu apetite ameaça a subsistência da família, sendo relacionado a uma possessão divina.

As mulheres dos estudos de Cerqueira (2017), Perez (2012) e Anthopolou (2013) são as principais responsáveis pela organização e planejamento dos alimentos de suas famílias, o que demonstra sua importância na manutenção da cultura de suas comunidades. Associa que o preparo, o local em que se come e com quem se partilha a comida, refletem expressões do indivíduo e sua cultura, estimulando a formação de laços sociais.

Cabe ressaltar as dimensões sociais que envolvem as práticas alimentares, refletidas no ato de comer. De acordo com Woortmann (2013), a comida possui um significado simbólico nas mais diferentes sociedades, os alimentos não são apenas comidos, mas pensados. Com isso, pode-se afirmar que a comida “fala” sobre os grupos sociais, suas memórias, religião, identidade, ou seja a comida expressa meios de sociabilidade (DOUGLAS, 1975). A alimentação se traduz em momentos de encontro, fortalece relações, seu pertencimento, e também fortalece o físico dos indivíduos (CERQUEIRA, 2017). Assim, associa-se a produção de alimentos a uma posição de saber e poder conferido às mulheres. Cabe ainda problematizar, o quanto essa posição não se traduz em aprisionamento para algumas mulheres, na medida em que as atividades que desempenham nem sempre são reconhecidas, além de gerar sobrecarga de trabalho.

Produção de Alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional

A dimensão “Produção de Alimentos e Segurança Alimentar e Nutricional” aborda considerações sobre a participação das mulheres na produção de alimentos e a consequente efetivação do cuidado da família e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A SAN caracteriza-se pelo acesso em quantidade e qualidade suficientes aos alimentos, de maneira regular e contínua, sem o comprometimento ao acesso às demais necessidades básicas, respeitando a diversidade e cultura da população, além de promover práticas alimentares saudáveis, sendo econômica, social e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Os artigos selecionados nesta categoria constituem estudos publicados em Mali (NAUGHTON et al., 2017), Brasil (MENASCHE et al., 2008; HERRERA, 2016; ELL et al., 2012), México (KRISHNAMURTHY et al., 2017) e Bangladesh (SCHREINEMACHERS et al., 2014).

O estudo de Naughton et al. (2017) foi realizado na comunidade rural de Bambara, em Shidugu, ao sul de Mali, na África Subsaariana. Destaca a importância do trabalho cooperativo de mulheres com manteiga karité. O artigo retoma o valor social e cultural da manteiga de karité e sua utilização em cerimônias tradicionais e religiosas. Relaciona a produção da manteiga na construção da SAN das famílias de baixa renda, ao contribuir com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, traçados pelas Nações Unidas em 2015, uma vez que, além de contribuir na geração de renda, a produção da manteiga auxilia na diminuição das desigualdades reproduzidas no meio rural e promove a utilização dos recursos de maneira sustentável.

O trabalho elaborado por Menasche et al. (2008) no Vale do Taquari (Rio Grande do Sul, Brasil), realizado com dezoito famílias de agricultores, em três comunidades rurais dos municípios de Roca Sales, Vespasiano Corrêa e Encantado, destaca o trabalho das mulheres na promoção da SAN. As mulheres são as principais responsáveis pela produção para o autoconsumo, preparo das refeições e escolha dos alimentos para suas famílias, sendo estes diversos e livres de contaminantes. Esse fato reforça a importância do seu trabalho na produção e promoção de uma alimentação saudável e ambientalmente sustentável, o que contribui no fortalecimento da agricultura e promove a melhoria da qualidade dos alimentos consumidos.

As questões do trabalho produtivo e de cuidado são analisadas por Herrera (2016), com agricultoras integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no município de Quilombo, na região oeste de Santa Catarina (Brasil). A autora problematiza a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres no meio rural na região. Descreve como as atividades que realizam se relacionam às suas famílias e a seus estabelecimentos agrícolas. Além do trabalho produtivo, as

mulheres são responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados, os quais desenvolvem sozinhas ou em companhia das filhas, assumindo então uma dupla jornada de trabalho, sendo protagonistas do preparo dos alimentos, limpeza da casa e no cuidado com a horta. O envolvimento das mulheres no pomar é importante, pois, neste, são produzidos alimentos para o autoconsumo, promovendo a manutenção da vida e a SAN das famílias.

O artigo de Schreinemachers et al. (2014) evidencia a capacitação de mulheres rurais em nutrição e na organização de hortas caseiras de Bangladesh (Ásia), processo promovido, no país, durante décadas por organizações locais e internacionais, assim como pelo Instituto Nacional de Pesquisa agrícola de Bangladesh. O estudo avalia os efeitos da capacitação das mulheres nas hortas domésticas, em pequenas propriedades rurais. Constata que seu envolvimento aumenta a oferta e variedade de vegetais consumidos pelas famílias, garantindo a SAN das comunidades.

Já Krishnamurthy et al. (2017) investigaram a diversidade e complexidade das hortas domésticas, em cinco comunidades indígenas Maias, na península de Yucatán, no município de Felipe Carrillo Puerto, estado de Quintana Roo, sudeste de México. Consideram a horta como papel fundamental na SAN, ao fomentar a autonomia das comunidades indígenas como agentes de seu próprio bem estar. Os cuidados com as hortas são desempenhados pelas mulheres. São estas hortas que mantêm a produção de alimentos e de plantas medicinais por todo o ano, e também fomentam as trocas de alimentos entre os membros das comunidades, contribuindo no estabelecimento de relações e intercâmbios sociais.

Ell et al. (2012) no estudo com um grupo de agricultoras ecológicas, de uma comunidade rural da região metropolitana de Rio Branco do Sul (Paraná, Brasil), investigaram percepções sobre a alimentação saudável. As participantes descrevem alimentos saudáveis como “naturais” e livres de “veneno”, também destacam a importância do consumo de frutas, vegetais, arroz e feijão, evitando frituras, sal e massas. De acordo com estas, o alimento saudável se relaciona a uma terra saudável, utilizando o solo de maneira consciente. Nesse caso, as mulheres demonstram preocupação em preservar os costumes alimentares e conservar os recursos naturais, com a utilização sustentável do solo, na produção de alimentos de qualidade, impulsionando o alcance da SAN.

Em diferentes contextos, a participação das mulheres na produção de alimentos saudáveis contribui para a efetivação da SAN, seja na organização de grupos de produção em pequena escala, ou no plantio de alimentos da horta para o autoconsumo e/ou comercialização ao garantir o acesso a alimentos de qualidade.

As mulheres apresentam papel significativo na Soberania Alimentar ao desenvolver estratégias sustentáveis de produção de alimentos, garantindo o direito à alimentação, com base na pequena e média produção. Bem como, na promoção de práticas alimentares, livres de contaminantes, vinculadas à cultura local, viáveis econômica, social e ambientalmente sustentáveis.

Produção de Alimentos, Geração de Renda e Empoderamento das Mulheres

A categoria temática “Produção de alimentos, geração de renda e empoderamento das mulheres” aborda considerações sobre a autonomia e participação das mulheres na geração de renda das produções agrícolas. As pesquisas incluídas nesta temática foram realizadas no Brasil (ADÃO et al., 2011; GOMEZ et al., 2016), África (FON, 2015; MAYANJA; TIPI, 2017), Turquia (GENCLER; ARTUKOGLU, 2010) e Espanha (ESCURRIOL et al., 2014).

Fon (2015) demonstra que as mulheres da região noroeste de Camarões (África), subdivididas em trinta e duas aldeias, possuem acesso às terras de suas famílias, mas não as controlam. O acesso a financiamentos para agricultura acontece através de grupos sociais ou dos maridos, restringindo seu acesso aos recursos necessários para sua independência. Por sua vez, concentram suas atividades na produção de culturas, preparando a terra, armazenando sementes, e colhendo, mas, de maneira limitada. O distanciamento nas finanças e a falta de participação na tomada de decisões resultam em

atrasos na produção e, conseqüentemente, baixos rendimentos para as famílias. Para a autora, as soluções devem começar com uma compreensão das condições agrícolas locais, com a participação da população no desenvolvimento de projetos, mesmo assim, sublinha que as mulheres devem ser integradas em todos os níveis de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação.

Adão et al. (2011) analisam as práticas de dezesseis mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no município de Itá (Santa Catarina, Brasil), na replicação de sementes crioulas, observando sua contribuição na Soberania Alimentar. No estudo, apresentam o Programa de Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças como forma de promoção de princípios agroecológicos na expansão dos cultivos e envolvimento das mulheres. Neste contexto, as mulheres não conseguem administrar o tempo, com a dupla jornada de trabalho, o cuidado da casa e da produção, dificultando a participação nas decisões familiares, cabendo aos homens a condução das finanças. Assim, a sobrecarga de trabalho acarreta na falta da participação das mulheres em outros espaços, sejam de lazer ou sua participação em espaços públicos, fora da esfera doméstica. Porém, destaca-se a importância da militância na vida destas mulheres, pois com a chegada do MMC puderam sentir-se valorizadas e ter seu trabalho visibilizado.

O estudo de Mayanja e Tipi (2017) com mulheres produtoras de cogumelos, em Kampala (Uganda, na África), busca identificar as razões de seu envolvimento nesta cultura. As mulheres constituem mais de 70% da força de trabalho para a agricultura em Uganda, mas seu acesso à terra é limitado devido à questões culturais e financeiras, em que os homens possuem maior acesso. Com isso, as mulheres produzem, em suas casas, cogumelos, atividade que eleva seu status social, gera renda e empoderamento econômico. O estudo recomenda a organização das mulheres em cooperativas como estratégia para expansão do mercado e aumento do poder de negociação.

Gencler e Artukoglu (2010), em seu estudo na península de Karaburun (Turquia), investigam como a agricultura contribui no empoderamento das mulheres e foca nas possibilidades de superação dos problemas na garantia de renda. O estudo foi realizado com agricultoras, sem renda fixa e com baixa alfabetização, fatores influentes na geração de renda. Além da escolarização apresenta outros entraves, como os preconceitos sofridos em atividades fora do ambiente doméstico, relacionado à cultura patriarcal local. Os autores produzem reflexões a partir de projetos de organizações não-governamentais (ONGs) para o empoderamento de mulheres. Cita o projeto de Agro-Turismo que fundou cooperativas de produtoras rurais, estimulando-as a produzir geleias e outros produtos com os alimentos cultivados, além da criação e administração de hotéis, para elevar sua renda. A participação no projeto possibilitou aumento da renda, oportunizou momentos de lazer e integração com outras pessoas. Além de gerar conhecimentos, abrindo portas para criação de mais iniciativas que valorizem seus trabalhos, diminuindo a dependência de seus cônjuges.

A análise conduzida por Eскурriol et al. (2014), na Espanha, com mulheres que trabalham na produção artesanal de alimentos, em cinco regiões do país, sendo País Vasco, Galicia, Castilla y León, Andalucía e Cataluña, demonstra que a atuação de cooperativas na produção e processamento de alimentos, em pequena escala, para a geração de renda, permite que seu trabalho seja reconhecido, diferentemente do trabalho doméstico, que não gera valorização social. A participação ativa no cultivo proporciona produtos de qualidade, implica proximidade, criatividade e sustentabilidade, fortalecendo redes de suporte social. As agricultoras, neste caso, procuram sair do modelo convencional, produtivista e de mercado, visualizando o alimento pelos seus benefícios, retomando conhecimentos tradicionais para aplicá-los nos cultivos. A pesquisa apresenta como a criação e fortalecimento de cooperativas de mulheres garantem espaços de capacitação e suporte social, constituindo mecanismos para ressaltar a produção artesanal e promover canais curtos de comercialização. Assim, contribui na desmasculinização do meio rural, diminuindo as desigualdades de gênero e promovendo o empoderamento das mulheres.

O estudo de Gomez et al. (2016), na feira agroecológica, na cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia (Brasil), ressalta a participação majoritária das mulheres na consolidação e comercialização de

produtos diferenciados. Aponta mudanças da produção convencional para outras práticas agroecológicas, influenciando na forma como seus produtos são apresentados, sendo considerados como saudáveis. Segundo os autores, mesmo com a participação ativa das mulheres na produção e efetivação de melhorias na agricultura, sua invisibilidade ainda é um obstáculo de enfrentamento, amenizado através da militância como espaço de empoderamento político.

Nestes estudos, o empoderamento das mulheres é evidenciado pela participação ativa em espaços de capacitação e no incentivo para a produção de alimentos e sua comercialização. Ressalta-se o aumento da geração de emprego e renda, a promoção da autonomia econômica, pessoal e social, envolvendo as mulheres na resolução de problemas relacionados com elas mesmas e com suas comunidades (ESCURRIOL et al. 2014; GOMEZ, 2016).

No que se refere à produção de alimentos, geração de renda e empoderamento das mulheres, as questões econômicas e estruturais ainda se apresentam como desafios a serem superados. Pode-se destacar a necessidade de acesso a linhas de crédito e financiamento, o acesso à terra, o apoio para captação e geração de renda e auxílio na organização do trabalho em cooperativas. A visibilização do trabalho realizado pelas mulheres, bem como a potencialização e qualificação de estratégias que impactem na sua participação em todo processo, desde a produção até a comercialização dos alimentos, na diminuição do grau de dependência dos maridos, estão entre os pontos significativos que se precisa avançar.

Práticas Sociais e Agência das Mulheres Rurais: produzindo modos de (re)existência

A criação de iniciativas de produção de alimentos para a geração de renda e empoderamento das mulheres rurais, por meio de projetos e programas, tanto governamentais como não-governamentais (GENCLER; ARTUKOGLU, 2010; FON, 2015) precisa ser problematizada. Se, por um lado, proporcionam espaços de emancipação econômica para as mulheres, por outro, cabe ressaltar a necessidade de acompanhamento das interferências e novas dependências que esses projetos podem criar durante e depois do seu desenvolvimento.

Ao acompanhar as discussões que envolvem as contribuições das mulheres rurais na produção de alimentos, em diferentes contextos socioculturais, alguns aspectos se sobressaem: relações sociais e econômicas, permeadas pela situação de pobreza em contextos rurais; relações culturais e tradicionais atravessadas pela manutenção e transmissão de valores, costumes e modos de se alimentar; e relações familiares e de gênero, caracterizadas pelos modos de trabalhar e produzir alimentos.

Entende-se que, se por um lado, posições essencialistas de gênero relacionadas à ideia da mulher, mãe e cuidadora estigmatizam e tendem ao aprisionamento no imaginário social de um modo de ser mulher, por outro, abrem possibilidades de reinvenção e (re)existência. Tomando de Paredes, Sherwood e Arce (2016) a ideia de que há dinâmicas que se re-organizam como distintas ‘contratendências’, percebe-se que as próprias mulheres, situadas em suas experiências concretas, têm a capacidade criativa de ressignificar e materializar as distintas mensagens e recursos que chegam até elas. Ou seja, as distintas estruturas sociais, em cada contexto específico, moldam as experiências de vida e as subjetividades das mulheres, porém não as determinam.

Compreende-se que as mulheres rurais, por meio da organização social, econômica e política em distintos contextos, seja em associações, cooperativas ou na atuação em movimentos sociais, mobilizam sua agência¹ (LONG, 2001; LONG; PLOEG, 2011; ADÃO et al., 2011; MACIAZEKI-GOMES; HERRERA, 2020; LINDÔSO; BEZERRA, 2021) na produção de alimentos, segundo suas possibilidades, necessidades, e/ou interesses, constituindo assim dinâmicas heterogêneas e múltiplos modos de existência, impulsionando sua capacidade de ‘saber’ e ‘poder’, enfatizando suas

¹ A agência é compreendida aqui como a habilidade de processar experiências sociais e inventar caminhos para responder a situações problemáticas, transformando assim as relações sociais (LONG, 2001, p. 182).

potencialidades para exercer algum tipo de poder de ação, inclusive quando se encontram em condições subalternas (LONG, 2001).

A agência, não se compreende aqui como um mero atributo individual, e sim como a capacidade das mulheres rurais promoverem transformações nas suas realidades cotidianas por meio das redes de relações. Percebe-se então que a agência das mulheres rurais na produção de alimentos promove sociabilidade e fortalecimento de laços afetivos entre os membros da família ou comunidade, resgatando saberes tradicionais e práticas culturais relacionadas à alimentação (ANTHOPOULOU, 2013; CERQUEIRA, 2017; PEREZ, 2012; HERRERA, 2016; NAUGHTON et al., 2017; MENASCHE et al., 2008; KRISHNAMURTHY et al., 2017; ELL et al., 2012; ESCURRIOL et al., 2014). Pode-se considerar que, nesses casos, a produção de alimentos protagonizada pelas mulheres se configura como modos de (re)existência frente ao que Friedmann e McMichael (1989) chamam de sistema agroalimentar global, baseado na modernização agrícola e na industrialização dos alimentos em escala mundial. Porém, cabe ressaltar que, se por um lado essa agência possibilita a construção do tecido social e o repasse de conhecimentos entre gerações, por outro lado, nem sempre a manutenção e ressignificação de práticas alimentares tradicionais contribui automaticamente para o reconhecimento social das mulheres. Nesses casos, elas parecem protagonizar modos de (re)existência mais sutis, permeados pelas micro-mudanças na cotidianidade das famílias e comunidades.

Em outros casos, percebe-se a agência das mulheres rurais no seu envolvimento em atividades produtivas de geração de renda (ADÃO et al., 2011; MAYANJA; TIPI, 2017; GENCLER; ARTUKOGLU, 2010; ESCURRIOL et al., 2014; GOMEZ et al., 2010). Nesses estudos cabe ressaltar a heterogeneidade dos contextos socioculturais e dos distintos marcadores sociais que atravessam a vida de cada uma. Mesmo em condições subalternas, como evidenciado no estudo de Fon (2015) com agricultoras de Camarões, na África, que não têm acesso à tomada de decisões, por não serem donas da terra, compreende-se que as mulheres mobilizam sua agência na produção de alimentos e na geração de renda.

Os efeitos do trabalho das mulheres rurais apresentam estreitas relações com as atividades domésticas/familiares, sociais/laborais e de geração de renda. Os estudos de Naughton et al. (2017), Menasche et al. (2008), Schreinemachers et al. (2014), Krishnamurthy et al. (2017), Ell et al. (2012) e Ecurriol et al. (2014) apontam para a agência e o protagonismo de mulheres rurais na promoção de Soberania e SAN de suas comunidades por meio da produção de alimentos saudáveis, tanto para o autoconsumo como para a comercialização e/ou trocas locais, contribuindo, em alguns casos, para a conservação do meio ambiente pelo uso de práticas agroecológicas. Paradoxalmente, mesmo que essas pesquisas auxiliem a visibilizar e valorizar o trabalho das mulheres rurais na produção de alimentos, colocando-as como sujeitos políticos e econômicos, na sua maioria não problematizam as atribuições tradicionais de gênero relacionadas à posição das mulheres como cuidadoras. Parece permanecer, certa naturalização do cuidado enquanto dimensão essencialmente feminina, associado às questões de saúde e nutrição dos filhos e da família e à condição biológica das mulheres.

Por fim, cabe ressaltar que as mulheres rurais, nos distintos contextos socioculturais apresentados pelos artigos analisados, mobilizam sua agência por meio da produção de alimentos, gerando renda e ampliando sua autonomia, resgatando e ressignificando saberes tradicionais e práticas agroecológicas, disponibilizando alimentos saudáveis para suas famílias e comunidades, e contribuindo, assim, com a Soberania e SAN. De modo situado, por meio de suas práticas e saberes, as mulheres rurais constroem múltiplos modos de ser e estar no mundo.

Considerações Finais

O estudo objetivou analisar a participação de mulheres rurais na produção de alimentos. Para isso, se voltou a acompanhar como esse processo acontece em diferentes regiões, considerando a diversidade de contextos e a singularidade das práticas locais. A constituição do texto apresenta um cenário amplo, no qual mais do que se propor a apresentar a totalidade dos resultados sobre a temática, priorizou acompanhar os efeitos destas experiências na produção de alimentos na vida das mulheres.

Ao reconhecer a relevância dessas discussões, o crescente interesse e a ampliação das produções sobre a temática, também reconhecemos as limitações deste estudo, que se utilizou do artigo científico como uma única fonte de análise e com um recorte específico. Sublinhamos, por sua vez, a potencialidade analítica deste estudo que leva em conta a multiplicidade e a singularidade das experiências localizadas, de modo a contribuir com estudos futuros sobre o tema, que possam abordar recortes diferenciados e/ou o uso de outras fontes; e se debruçar sobre as especificidades das práticas alimentares diante das transformações contemporâneas associadas à produção de alimentos, às relações familiares e de gênero e ao mundo do trabalho.

Referências

ADÃO, Nilton; STROPASOLAS, Valmir; HÖTZEL, Maria. Movimento de Mulheres Camponesas e a sementeira de novas perspectivas: os significados da (re)produção de sementes crioulas para as mulheres no Oeste Catarinense. *Interthesis*, v.8, n.2, jul-dez. 2011, pp. 160-198.

ANTHOPOULOU, Theodosia. The concepts of ‘local’ and ‘traditional’ in the perceptions and food manufacturing practices of rural crafts-women. A case study in Greece. *Revista de la Facultad de Agronomía*, v. 112, 2013, pp. 1-10.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. Brasília, 2006.

CERQUEIRA, Ana. Mulher é trem ruim’: a ‘cozinha’ e o ‘sistema’ em um povoado norte-mineiro. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, maio-agosto 2017, pp. 707-731.

DOUGLAS, Mary. *Deciphering a meal: implicit meanings*. London: R. K. P., 1975.

DOS SANTOS, Nilma. A Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura Familiar: Entre a invisibilidade e a desvalorização do trabalho (re)produtivo de mulheres trabalhadoras rurais do município de Brejo/MA frente à expansão da monocultura de soja. *Revista Políticas Públicas*, n. 20, Novembro, 2016, pp. 331-337.

ELL, Erica; SILVA, Denise; NAZARENO, Eleusis; BRANDENBURG, Alfio. Concepções de agricultores ecológicos do Paraná sobre alimentação saudável. *Revista Saúde Pública*, v. 46, n. 2, Abril 2012, pp. 218-225.

ESCURRIOL MARTINEZ, Veronica; BINIMELIS, Rosa.; RIVERA-FERRE, Marta. The situation of rural women in Spain: the case of small-scale artisan food producers. *Athenea Digital*, v. 14, n.3, sep-dec. 2014, pp. 3-22.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and State System. The rise and decline of national agriculture from 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, Wageningen, v. 29, n. 2, August 1989, pp. 93-117.

IBARRA, Ana Carolina Rodriguez; HERRERA, Judit; MACIAZEKI-GOMES, Rita; PEREIRA, Luymara; SILVA, Tamara Bubanz. (2024)

FON, De. Rural African Women's Accessibility to Resources for Food Production in the North West Region of Cameroon. *African Journal of Food, Agriculture, Nutrition and Development*, v.15, n. 3, Jun. 2015, pp. 10033-10046.

GARCIA, Rosa. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. *Cad. de Saúde Pública*, v. 13, n. 3, set. 1997, pp. 455-467.

GENCLER, Funda; ARTUKOGLU, Metin. Food production; Can it be used as a tool in empowerment of rural women? A case study from Turkey. *Dunarea de Jos*, Issue 1, 2010, pp. 5-12.

GONÇALVES, Raquel; GUIMARÃES, Soraia. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social Marcha das Margaridas. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, Tocantinópolis, v. 2, n.1, jan-jun. 2017, pp. 231-251.

GOMEZ, Marcella; LUCENA, Emerson; MANDARINO, Ana; GOMBERG, Estélio. Empoderamento da mulher através de feiras agroecológicas na cidade de Ilhéus, Bahia/Brasil. *Forum Sociológico Série II*, n. 29, 2016, pp. 1-14.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995, pp. 07-41.

HERRERA, Karolyna. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. *Política & Sociedade*, v. 15, Ed. Esp., 2016, pp. 208-233.

KRISHNAMURTHY, Laksmi; KRISHNAMURTHY, Sumithra; RAJAGOPAL, Indumathi; SOLARES, Arturo. Agricultura familiar para el desarrollo rural incluyente. *Terra Latinoamericana*, v. 35, n. 2, abr.-jun. 2017, pp. 135-147.

LINDÔSO, Raquel; BEZERRA, Elaine. Trilhas e saberes compartilhados no feminismo no rural: Entrevista com Verônica de Santana. *Rev. Est. Feministas*. Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021, pp. 1-10.

LONG, Norman. *Development sociology: actor perspectives*. London, Routledge, 2001.

LONG, Norman; PLOEG, Jan. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Org.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2011, pp. 21-48.

MACIAZEKI-GOMES, Rita; NOGUEIRA, Conceição; TONELI, Maria. Mulheres em contextos rurais: um mapeamento sobre gênero e ruralidade. *Psicologia & Sociedade*. v. 28, n. 1, Jan-Abr. 2016, pp. 115-124.

MACIAZEKI-GOMES, Rita; HERRERA, Judit. Devir Margarida: narrativas de si em experiéncias. *Interface*. 24, 2020, pp. 1-19.

MAYANJA, Ibarahim; TIPI, Tolga. The Economic Empowerment of Women in Uganda Through Mushroom Production. *Turkish Journal of Agriculture - Food Science and Technology*. v. 5, n. 11, 2017, pp. 1401-1406.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. *Revista de Nutrição*. v. 21, Ago. 2008, pp. 145-158.

NAUGHTON, Colleen; DEUBEL, Tara; MIHELICIC, James. Household food security, economic empowerment, and the social capital of women's shea butter production in Mali. *Food Security*. v. 9, 2017, pp. 773-784.

IBARRA, Ana Carolina Rodriguez; HERRERA, Judit; MACIAZEKI-GOMES, Rita; PEREIRA, Luymara; SILVA, Tamara Bubanz (2024)

OLIVEIRA, João; AMÂNCIO, Lígia. Teorias feministas e representações sociais: desafios dos conhecimentos situados para a psicologia social. *Revista Estudos Feministas*. v. 14, n. 3, setembro-dezembro 2006, pp. 597-615.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Mulheres rurais têm papel central na alimentação mundial. 15 de outubro de 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/151824-mulheres-rurais-tem-papel-central-na-alimentacao-mundial>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PALACIOS, Fernanda. La siembra feminista de La Vía Campesina: La integración de la perspectiva de género y la participación de las mujeres en los movimientos sociales. El caso de La Vía Campesina. Dissertação de Mestrado, Instituto de Investigaciones Feministas. Univ. Complutense de Madrid, 2011.

PAREDES, Myriam; SHERWOOD, Stephen; ARCE, Alberto. La contingencia del cambio social en la agricultura y la alimentación en América Latina. *Íconos - Revista de Ciencias Sociales*. n. 54, jan. 2016, pp. 11-25.

PEREZ, Rosa. Alimentação e codificação social. Mulheres, cozinha e estatuto. *Cadernos Pagu*. n. 39, julho-dezembro 2012, pp. 227-249.

POULAIN, Jean; PROENÇA, Rossana. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Revista de Nutrição*. v. 16, n. 4, out. - dez. 2003, pp. 365-386.

QUESADA, Raquel. Empoderamiento de mujeres latinoamericanas a través de prácticas ecofeministas. *Investigaciones Feministas*. v. 1, 2010, pp. 97-109.

RICH, Adrienne. Notes toward a politics of location. In: MCCANN, Carol (Org.). *Feminist theory reader: local and global perspectives*. New York, Routledge, 2003, pp. 247-259.

SCHREINEMACHERS, Pepijn; PATALAGSA, Marie; ISLAM, Rafiqul; UDDIN, Nasir; AHMAD, Shahabuddin; BISWAS, Sitesh; AHMED, Tanvir; YANG, Ray-Yu; HANSON, Peter; BEGUM, Shawkat; TAKAGI, Chifumi. The effect of women's home gardens on vegetable production and consumption in Bangladesh. *Food Security*. v. 7, dec. 2014, pp. 97-107.

WOORTMANN, Ellen. A comida como linguagem. *Habitus*. v. 11, n. 1, Jan.-Jun. 2013, pp. 5-17.

Recebido para publicação em maio de 2023.

Aprovado para publicação em julho de 2024.